

meses de junho e julho, na Biblioteca Municipal da Figueira da Foz, mediante o preenchimento de formulário próprio.

2 — Os interessados que tenham apresentado as respetivas requisições de manuais escolares serão contactados pela Biblioteca Municipal da Figueira da Foz para proceder ao levantamento dos livros até final do mês de agosto de cada ano.

Artigo 10.º

Entrega de manuais escolares

1 — Após análise dos pedidos recebidos o Banco de Manuais Escolares atribuirá os manuais escolares disponíveis segundo os seguintes critérios:

a) Ter doado livros para o Banco de Manuais Escolares e manifestado interesse em receber outros manuais.

b) Não ter doado qualquer manual ou recurso escolar, mas ter manifestado interesse em receber manuais escolares.

2 — Verificando-se a existência de pedidos em número superior ao número de manuais disponíveis para atribuir, a decisão de atribuição obedecerá à ordem de chegada do pedido, em função de data e hora.

3 — A doação de manuais escolares ao Banco de Manuais Escolares não garante a futura disponibilidade para entrega. Poderá verificar-se não existirem no Banco todos os manuais que o aluno pretenda para o ano letivo seguinte, tendo de os obter de outra forma.

Artigo 11.º

Revisão e alteração do Regulamento de Manuais Escolares do Município da Figueira da Foz

O presente Regulamento será revisto anualmente e alterado sob proposta fundamentada do serviço coordenador do Banco de Manuais Escolares.

Artigo 12.º

Dúvidas e Omissões

Todas as dúvidas e casos omissos no presente regulamento serão resolvidos por deliberação da Câmara Municipal da Figueira da Foz.

Artigo 13.º

Entrada em Vigor

O Regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua publicação no *Diário da República*.

310762043

MUNICÍPIO DA GOLEGÃ

Edital n.º 745/2017

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Concelho de Golegã

Rui Manuel Lince Singeis Medinas Duarte, Presidente da Câmara Municipal de Golegã, torna público, nos termos do disposto do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 11 de julho, e do n.º 8 do artigo 7.º da Diretiva em Anexo à Resolução n.º 30/2015, que a partir da publicação do presente Edital no *Diário da República* e pelo prazo de 30 (trinta) dias, irá decorrer a consulta pública, para recolha de sugestões sobre o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Concelho de Golegã.

Nos termos do artigo 101.º do citado Código, convidam-se todos os interessados, devidamente identificados, a dirigir, por escrito, ao Presidente da Comissão Municipal de Proteção Civil, eventuais sugestões e ou reclamações, dentro do período atrás mencionado, para a Câmara Municipal de Golegã, Largo D. Manuel I, 2150 — 128 Golegã, ou através do endereço eletrónico geral@cm-golega.pt

O referido Plano poderá ser consultado no Gabinete dos Serviços Técnico da Divisão Municipal de Obras, Urbanismo e Ambiente da Câmara Municipal da Golegã, todos os dias úteis e durante o período normal de funcionamento, bem como no sítio institucional desta Câmara Municipal, www.cm-golega.pt.

Para geral conhecimento, se publica o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo, no *Diário da República* e no sítio do Município.

7 de setembro de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, Rui Manuel Lince Singeis Medinas Duarte, Eng.º

310771748

MUNICÍPIO DE GRÂNDOLA

Aviso n.º 11372/2017

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado Consolidação da mobilidade na categoria

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que na sequência da consolidação da mobilidade interna, na categoria, se procedeu à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 1 de agosto de 2017, com a trabalhadora Sandra Isabel Vale D'Arquinha do Forno, Assistente Técnica (área funcional de Desenhador), remunerada pela posição remuneratória 2 — nível 7, a qual passa a integrar o Mapa de Pessoal do Município de Grândola.

31 de agosto de 2017. — O Vereador do Pelouro de Administração e Gestão de Recursos Humanos, Fernando Sardinha.

310775028

Aviso n.º 11373/2017

Celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), torna-se público que foram celebrados contratos de trabalho por tempo indeterminado com os trabalhadores seguintes:

1 — Hélder António dos Santos Correia, contratado para ocupar um posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional, na área funcional de Cabouqueiro — área de Saneamento (Nível 1/ Posição 1 — 557,00€), afeto à área de Saneamento, integrada na Divisão de Ambiente e Saneamento, com início em 24 de agosto de 2017, na sequência da conclusão do procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 14642/2016 (referência D), datado de 07/11/2016, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 224, de 22/11/2016.

Para os efeitos previstos no artigo 45.º e seguintes da LTFP determinei que o júri do período experimental do vínculo, com a duração de 90 dias, tenha a composição seguinte:

Presidente: Cristina Maria Rita Campos — Chefe da Divisão de Ambiente e Saneamento;

1.º Vogal: Emídio Jesus Pereira Lourenço — Encarregado Geral Operacional, que substituirá a Presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal: António José Guerreiro Piçarra — Encarregado Operacional.

Vogais Suplentes:

1.º Vogal: Edite Maria Santiago de Jesus Albino — Coordenadora Técnica;

2.º Vogal: António Manuel Parreira Sobral — Encarregado de Brigada de Serviços de Limpeza.

2 — Joaquim Manuel dos Santos Dâmaso e Maria Margarida da Silva Inácio, contratados para ocupar dois postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional, na área funcional de Cantoneiro de Limpeza (Nível 1/ Posição 1 — 557,00€), afetos à área da Limpeza Urbana, integrada no Setor de Espaços Públicos, Trânsito e Ambiente da Divisão de Ambiente e Saneamento, com início em 1 de setembro de 2017, na sequência da conclusão do procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 14642/2016 (referência A), datado de 07/11/2016, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 224, de 22/11/2016.

Para os efeitos previstos no artigo 45.º e seguintes da LTFP determinei que o júri do período experimental do vínculo, com a duração de 90 dias, tenha a composição seguinte:

Composição do Júri:

Presidente: Cristina Maria Rita Campos — Chefe da Divisão de Ambiente e Saneamento;

1.º Vogal — Carlos Fernando Ribeiro Correia Lopes Louro Alves — Dirigente Intermédio de 3.º Grau do Setor de Espaços Públicos, Trânsito e Ambiente, que substituirá a Presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal — Maria João Martinho Queirós Quaresma — Coordenadora Técnica.

Vogais Suplentes:

1.º Vogal — Aníbal Manuel Espada Paulo — Encarregado Operacional;

2.º Vogal — Pedro Santana Santos — Técnico Superior na área de Engenharia do Ambiente.

3 — Tiago Filipe Ferreirinha Pereira, contratado para ocupar um posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional, na área funcional de Cabouqueiro — área de Abastecimento de Água (Nível 1/ Posição 1 — 557,00€), afeto à área de Abastecimento de Água, integrada na Divisão de Ambiente e Saneamento, com início em 1 de setembro de 2017, na sequência da conclusão do procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 14642/2016 (referência C), datado de 07/11/2016, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 224, de 22/11/2016.

Para os efeitos previstos no artigo 45.º e seguintes da LTFP determinei que o júri do período experimental do vínculo, com a duração de 90 dias, tenha a composição seguinte:

Composição do Júri:

Presidente: Cristina Maria Rita Campos — Chefe da Divisão de Ambiente e Saneamento;

1.º Vogal — António José Guerreiro Piçarra — Encarregado Operacional, que substituirá a Presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal — Emídio Jesus Pereira Lourenço — Encarregado Geral Operacional.

Vogais Suplentes:

1.º Vogal — Edite Maria Santiago de Jesus Albino — Coordenadora Técnica;

2.º Vogal — Carlos Fernando Ribeiro Correia Lopes Louro Alves — Dirigente Intermédio de 3.º Grau do Setor de Espaços Públicos, Trânsito e Ambiente.

1 de setembro de 2017. — O Vereador do Pelouro de Administração e Gestão de Recursos Humanos, *Fernando Sardinha*.

310774745

Aviso n.º 11374/2017**Consolidação de mobilidade intercategorias**

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, torna-se público que, por meu despacho datado de 31 de agosto de 2017, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade intercategorias do trabalhador Luís Manuel Pereira Lourenço, na carreira de Assistente Operacional, categoria de Encarregado Operacional, remunerado pela posição remuneratória 1 — nível 8, correspondente à remuneração base de 837,60€, ao abrigo do disposto no n.º 1 e no n.º 5 do artigo 99.º-A, aditado à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas pelo artigo 270.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para o ano de 2017, tendo sido celebrado o respetivo contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 1 de setembro de 2017.

5 de setembro de 2017. — O Presidente da Câmara, *António Jesus Figueira Mendes*.

310774437

MUNICÍPIO DE LAGOA (AÇORES)**Aviso n.º 11375/2017**

Ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho torna-se público que cessou a relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado os seguintes trabalhadores, da carreira/categoria de assistente operacional pelo motivo de aposentação e na data que a seguir se indica:

Gualberto Manuel Sousa Barranqueiro, posição remuneratória entre a 4.ª e 5.ª, nível entre o 4 e 5, com efeitos a 1 de janeiro de 2017;

Maria Gilda Moniz Cabral, posição remuneratória 2.ª, nível 2, com efeitos a 1 de julho de 2017;

António Francisco Moniz Ponte, posição remuneratória 7.ª, nível 7, com efeitos a 1 de julho de 2017.

7 de setembro de 2017. — A Presidente da Câmara Municipal, *Cristina de Fátima Silva Calisto*.

310765998

MUNICÍPIO DE LEIRIA**Aviso (extrato) n.º 11376/2017****Plano de Pormenor do Vale da Cabrita**

Raul Castro, Presidente da Câmara Municipal de Leiria, torna público que, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprova o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, a Câmara Municipal, na sua reunião 29 de agosto de 2017, deliberou proceder à abertura do período de Discussão Pública da proposta do Plano Pormenor do Vale da Cabrita, com a duração de 20 dias, contados a partir do 5.º dia útil a seguir à data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

Durante o referido período, a proposta de plano de pormenor, a justificação de não qualificação do Plano no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica, a ata da Conferência Procedimental e os demais pareceres emitidos estarão disponíveis para consulta dos munícipes na página eletrónica oficial do Município de Leiria na internet com o site: www.cm-leiria.pt, ou na Divisão de Planeamento, Ordenamento e Estratégia Territorial da Câmara Municipal de Leiria, localizada no Largo do Município, todos os dias úteis entre as 09:00 horas e as 16:30 horas;

Os interessados poderão apresentar no prazo estipulado para o efeito, reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento, mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara, devidamente identificado, a apresentar diretamente nos serviços da Câmara Municipal de Leiria, a enviar por meio de correio registado para a morada — Largo da República 2414-006, ou remeter por via do correio eletrónico para o endereço cmleiria@cm-leiria.pt.

11 de setembro de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, *Raul Castro*.

610774801

MUNICÍPIO DE LISBOA**Aviso n.º 11377/2017**

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que cessou a relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, por aplicação da sanção disciplinar de despedimento, à seguinte trabalhadora:

Rute Tatiana Figueiredo Serra — Carreira/Categoria de Assistente Técnica, Nível Remuneratório 5.º e Posição Remuneratória 1.ª - Vacatura do lugar/posto de trabalho com efeitos a 24 de julho de 2017.

30 de agosto de 2017. — O Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *João Pedro Contreiras*.

310750469

Aviso n.º 11378/2017

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 214.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), considere-se por este meio notificado o Senhor Ricardo Jorge Henriques Mendes, com a categoria de assistente operacional, por não ser possível a notificação pessoal e se encontrar a residir fora do país, que se encontram pendentes os processo disciplinar n.º 39/2016 PDI e apenso n.º 23/2017 PDI contra si instaurados, dispondo do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do presente aviso, para apresentar a respetiva defesa, podendo examinar o processo, por si ou por advogado constituído, no Departamento de Gestão de Recursos Humanos, Núcleo de Instrutores, Edifício Central da Câmara Municipal de Lisboa, sito no Campo Grande, n.º 27 — 10.º, 1749-099 Lisboa.

13 de setembro de 2017. — A Instrutora, *Sofia B. da C. A. Magalhães Lopes*.

310777289

MUNICÍPIO DE LOULÉ**Aviso n.º 11379/2017**

Para os devidos efeitos se torna público que por despacho da signatária, com competências delegadas em 21/10/2013, datado de 03 de agosto de 2017, foi concedida à Assistente Técnica da carreira de Assistente Técnico, Susana Isabel Rodrigues Rosário, a prorrogação da licença sem remuneração em que se encontra, no período de 05 de julho de 2017 a 04 de julho de 2018, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 280.º